

A POLÍTICA DO FILHO ÚNICO NA CHINA E SEUS IMPACTOS SOCIOCULTURAIS

THE ONE-CHILD POLICY IN CHINA AND ITS SOCIOCULTURAL IMPACTS

Lígia Valentina Colusso Menin¹

Oswaldo Alencar Billig²

RESUMO: A Política do Filho Único foi desenvolvida e implementada como forma de suprimir as preocupações com o avanço populacional na China. Antes da mesma, após o país enfrentar problemas com a fome medidas para conter a taxa de fecundidade foram impostas. Estas por sua vez, obtiveram uma redução considerável no número de nascimentos, mas ainda não eram julgadas suficientes para o avanço do plano econômico estipulado. A justificativa para a imposição de tais medidas estava vinculada a diminuição das taxas de fecundidade para gerar um acesso a um sistema de saúde mais satisfatório para população, garantia de educação de qualidade e oportunidades de emprego gerando melhora econômica geral no país. Problemas gerados por uma superpopulação foram pautas no cenário mundial neste período, mas nenhuma política causou tantos impactos e controvérsias como a chinesa. O presente artigo com base em pesquisa qualitativa, realizado a partir do uso de bibliografias e entrevistas presentes em documentários, tem como finalidade identificar os objetivos da Política do Filho Único e ademais medidas implementadas na época na China, ademais de analisar a forma de implementação das mesmas, descrevendo os efeitos causados na vida social das famílias chinesas, além de elucidar as consequências sofridas com quem descumprisse as normas presentes nos regimentos.

Palavras-chave: Políticas populacionais. China. Filho único. Impactos sociais.

606

ABSTRACT: The One-Child Policy was developed and implemented as a way to quell concerns about population growth in China. Before that, after the country faced problems with hunger, measures to contain the fertility rate were imposed. These, in turn, obtained a considerable reduction in the number of births, but they were still not considered sufficient for the advancement of the stipulated economic plan. The justification for the imposition of such measures was linked to the reduction of fertility rates to generate access to a more satisfactory health system for the population, guarantee of quality education and employment opportunities, generating general economic improvement in the country. Problems generated by overpopulation were on the world stage during this period, but no policy caused as many impacts and controversies as the Chinese one. This article, based on qualitative research, based on the use of bibliographies and interviews present in documentaries, aims to identify the objectives of the One-Child Policy and other measures implemented at the time in China, in addition to analyzing the form of implementation of the themselves, describing the effects caused in the social life of Chinese families, in addition to elucidating the consequences suffered with those who did not comply with the rules present in the regiments.

Keywords: Population policies. China. Only child. Social impacts.

¹ Acadêmica do Curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC – Monjolo), Foz do Iguaçu/PR. E-mail: ligia.valentina@hotmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0100-0670>

² Doutorando em Administração de Empresas na Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM); Mestre em Administração pela Universidade de Caxias do Sul (UCS); MBA em Logística Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Bacharel em Administração pela Universidade de Passo Fundo (UPF) Professor do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC), Foz do Iguaçu/PR. E-mail: probillig@gmail.com - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4166-9232>.

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com o aumento populacional tornou se uma questão presente no século XX. Dois séculos antes das primeiras intervenções governamentais para diminuir as taxas de fecundidade, Thomas Robert Malthus já alertava sobre uma onda de aumento populacional. Esta, seria responsável por um crescimento populacional exacerbado, trazendo prejuízos catastróficos, provocando a falta de recursos para a garantia de um bem estar social, escassez de alimentos e pôr fim fome a nível mundial. Em sua tese, defendia o controle de natalidade baseado em normas ligadas a abstinência sexual, casamentos tardios podendo ser realizados se houvesse uma comprovação fiscal da capacidade de sustentar uma família. As previsões malthusianas foram revogadas ao decorrer do tempo, mas serviram de base para elaboração de novas teorias que foram utilizadas em políticas de controle populacional. (LUIZ et al., [s.d.])

A preocupação com a taxa de fecundidade surge na China alguns anos posteriores a um cenário pró natalista. A entrada de Deng Xiaoping no governo em 1978 após a morte de Mao Tsé Tung, trouxe uma nova visão de crescimento econômico para o país, propondo reformas econômicas que afetariam todos os setores da vida em sociedade. Deng, acreditava que o aumento populacional impossibilitaria o desenvolvimento de sua estratégia para que a China se tornasse um país forte economicamente. Fazia uso da ciência como aliada na formulação de suas políticas, atrelou esse fato com a tentativa de solucionar e frear o crescimento populacional com a criação de um plano ambicioso. (FONG, 2016)

O plano consistia em inúmeras regras e condutas sociais para a limitação do tamanho das famílias. Em 1980 o Partido Comunista da China anunciou a vigência da Política do Filho Único, que veio a durar mais de trinta e cinco anos sendo destituída em 2015 acarretando efeitos sociais sentidos até nos dias atuais. As lideranças chinesas a pregavam como necessária, para que fosse comprida agiam por meios radicais baseados no uso da força e coerção. (FONG, 2016)

Este estudo tem por objetivo analisar as políticas de fecundidade impostas pelo governo chinês em meados de 1970 e anos seguintes, utilizadas para tentar conter o avanço populacional. Na elaboração do presente artigo, o método de pesquisa eleito foi o de pesquisa qualitativa, a partir de estudos bibliográficos com base nestes identificar as fontes disponíveis de informação sendo em livros, artigos, revistas e análise de documentários com entrevistas. O artigo está disposto em informações sobre gênese da Política do Filho Único,

tratando no tocante as formas de implementação e controle pelo governo, ademais de abordar sobre as questões referentes as políticas populacionais e os direitos reprodutivos. Por fim, analisar os impactos socioculturais advindos da política, considerando suas consequências iniciais e a longo prazo.

2 ORIGENS DA POLÍTICA

O rápido crescimento populacional na segunda metade do século xx e o aumento da longevidade humana em geral criou desafios que levaram alguns países a criarem políticas de controle de natalidade nacionais. Dois métodos principais foram aplicados por estes países, o primeiro baseava se no controle de natalidade pelo fornecimento de anticoncepcionais como uso opcional sem a interferência na escolha pelo governo, o segundo seria a restrição da liberdade reprodutiva do indivíduo para conter o avanço populacional. Na década de 60 as ideias de políticas de controle populacional se tornam fortes, uma vez que as organizações internacionais começam a identificar como uma barreira do crescimento econômico o alto índice de natalidade. (FENG; CAI; GU, 2013)

A mudança global na taxa de fecundidade teve início na Europa levando a tendência para o restante do mundo. Em 1930 muitos países sofriam a queda nos índices de fecundidade, levando a quantidade de filhos que uma mulher em idade fértil pode ter de uma taxa de 2,1 filhos por mulher em período reprodutivo. Antes mesmo dos métodos contraceptivos modernos e dos direitos reprodutivos.(BONGAARTS JOHN et al., 2018). Mao Zedong sob o comando da China afirmava que uma grande população era sinônimo de força e felicidade, ainda mais pela influência soviética que partilhava dos ideários comunistas que o político, onde também defendiam o incentivo às famílias numerosas. O discurso de Mao veio acompanhado de um afrouxamento no controle de natalidade do país em um período que durou de 1949 a 1953, outrossim, o governo passou a ser um incentivador fiscal no crescimento das taxas de natalidade, ofertando subsídios financeiros para as famílias que possuíssem um grande número de membros. O objetivo do presidente era tornar a China uma nação de economia agraria, a fim que isso se tornasse possível em 1958 lançou a campanha do Grande Salto Adiante, para isso seria necessária uma vasta população(WANG, 2012).

O povo, e só o povo, constitui a força motriz na criação da história universal. As massas são os verdadeiros heróis, enquanto que frequentes vezes nós somos de uma ingenuidade ridícula. Se não compreendermos isso, ser-nos-á impossível adquirir até os conhecimentos mais elementares. As massas populares dispõem de um poder criador ilimitado. Elas podem organizar-se e marchar para todos os lugares e setores de trabalho onde possam dar livre curso à sua energia. Elas podem orientar-se para a produção, tanto em profundidade como em extensão, criando para si próprias um número crescente de obras de bem-estar. A expansão atual do movimento camponês constitui um acontecimento colossal. Em muito pouco tempo, as províncias do Centro, Sul e Norte da China, várias centenas de milhões de camponeses hão de levantar-se como um poderoso furacão, uma tempestade, uma força tão vertiginosa e violenta que nenhum poder, por mais que seja, poderá deter. (...) Atualmente, o auge da transformação social no campo, o auge da cooperativização, atingiu já algumas localidades e abarcará em breve o conjunto do país. Trata-se de um vasto movimento revolucionário socialista que envolve uma população rural de mais de quinhentos milhões de indivíduos, e que tem um enorme significado à escala mundial. TUNG-TSE, MAO.

A China em meados de 1953 inicia serviços governamentais de planejamento familiar disponíveis para auxílio da saúde materno-infantil. Uma vez oferecendo maior cuidado para as gestantes e recém nascidos a taxa de crescimento populacional anual sobe para 2,8%, antes sendo 0,3%. Inicialmente foi visto como um fator positivo, mas a ideia não perduraria muito tempo, uma vez que o governo dispunha de dificuldades para atender a demanda da sua população. Assim sendo, serviços de contracepção e aborto passam a ser fomentados pelo governo. (KANE; CHOI, 1999)

O início das medidas de planejamento familiar ocorrera neste contexto de falta de controle e conseqüentemente dificuldade de fornecimento de serviços básicos para a população, devido ao aumento dos habitantes e uma possível ameaça a economia em 1962 o governo chinês decide dar início ao processo de implementação de um projeto de planejamento familiar com políticas populacionais. O marco zero do começo das medidas aconteceu em 18 de dezembro do ano de 1962 com a publicação de manuais de instrução sobre a implementação da política, contendo algumas metas de crescimento populacional e incentivo do casamento tardio, todavia os regulamentos eram distintos para cada região. (WANG, 2012)

Inicialmente, a cota definida era de três filhos por família, entretanto não existia ainda uma punição legal para quem excedesse o número de crianças por família. Sem embargo, ainda que não fosse obrigatoriamente proibido, quem o fizesse sofria uma forte repressão política e social da própria população. No primeiro momento a política foi instaurada para as pessoas que viviam nos centros urbanos sem afetar quem morasse nas áreas rurais, mas os resultados não representaram o número esperado. (WANG, 2012)

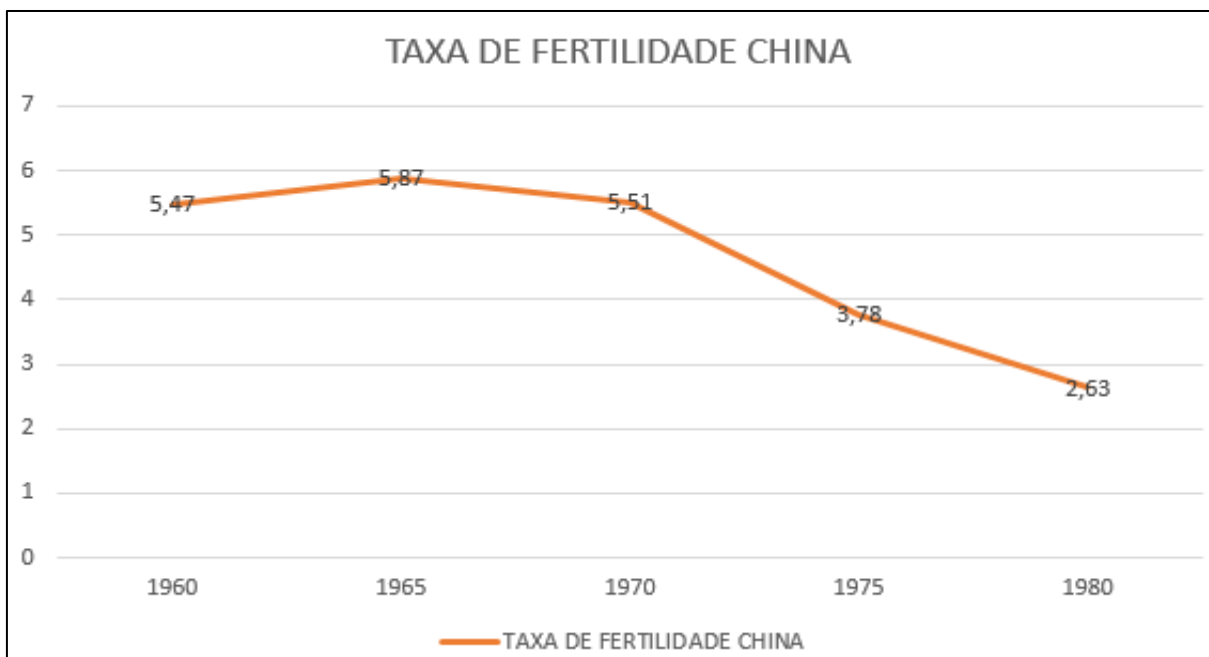
A partir do ano de 1970 em meio ao cenário da fome na China entrou em vigor no país o projeto de gestão da população denominado Later, Longer, Fewer (LLF) com metas formais sobre planejamento de parto vigentes no Terceiro Plano Quinquenal (1971-1975) que tratava sobre a economia nacional. A partir disso em 1973 oficialmente os trabalhos de partos passam a serem guiados pela política LLF ou Wanxishao (mais tarde, mais tempo, menos), qual buscava limitar a fecundidade a partir de um casamento mais tardio a partir dos 25 anos, com intervalos de nascimento mais longos de um filho para outro com uma média de quatro anos e por fim menos nascimentos ao longo da vida, limitando casais para 2 a três filhos. Após a implementação desta política a taxa de fertilidade da China obtém perto de 50% de queda. (SINGER BABIARZ et al., 2018a)

Na busca do êxito da política, os líderes regionais responsáveis por dirigir as províncias estabeleceram escritórios de planejamento de parto com comitês de nível responsáveis pelo repasse das diretrizes governamentais, ademais de metas de níveis a serem alcançados regionalmente, informes contendo a situação local de fecundidade e a forma de manejo do planejamento de parto para essas províncias. A equipe de controle contava com médicos, enfermeiras, parteiras e auxiliares de saúde materna, havia um grande interesse nos profissionais em participarem desse plano, acarretando em um grande número de envolvidos, cerca de um oficial de planejamento de parto para cada 100 pessoas, o número total podendo chegar a quase um milhão de participantes oficiais de controle. (BABIARZ et al., 2019)

Em 1978 a China estava voltada a resolver questões econômicas do país, sendo a sua crescente populacional o problema mais delicado a ser resolvido. Após a morte de Mao Tsé Tung fundador da República Popular da China em 1976, Deng Xiaoping direcionou o país a uma sequência de reformas econômicas nomeadas “as quatro modernizações”, que consistiam melhorias e impulso nos setores de indústria, agricultura, ciência e tecnologia e das forças armadas. Os níveis mais altos do governo passam a perceberem que o crescimento populacional principalmente rural poderia atrasar ou inviabilizar o sucesso das reformas econômicas, uma vez que este crescimento seria proporcional ao índice de pobreza. Com a entrada de Deng o planejamento estatal sobre a natalidade se tornou constitucional. (FENG; CAI; GU, [s.d.])

O Estado já havia formado um grupo de Planejamento de Parto no ano de 1973, a partir disso os trabalhos de partos passam a serem guiados pela política Wanxishao (mais

tarde, mais tempo, menos), qual buscava limitar a fecundidade a partir de um casamento mais tardio a partir dos 25 anos, com intervalos de nascimento mais longos de um filho para outro com uma média de quatro anos e por fim menos nascimentos ao longo da vida, limitando casais para 2 a três filhos. A partir da implementação desta política a taxa de fertilidade da China obtém perto de 50% de queda. (SINGER BABIARZ et al., 2018a)



Fonte: Dados de Banco Mundial, Indicadores do Desenvolvimento Mundial Última atualização: 9 de nov de 2011.

Se o crescimento segue o rumo que estava tomando sem a intervenção estatal, a fecundidade permanecendo no mesmo nível que 1975 de 3 filhos por mulher em média, em uma janela de 100 anos de intervalo (1980-2080) a população chinesa alcançaria a marca de 4 bilhões de habitantes de maneira ascendente. Esse número representava uma situação preocupante, ocasionaria efeitos drásticos no meio ambiente e nas reservas dos recursos naturais da China, além de possivelmente devastar a progressão econômica. A partir da primeira proposta Wanxishao de redução os números já haviam diminuído, porém a expectativa era que a tendência de alto índice de crescimento continuasse. O valor satisfatório para o governo seria uma taxa de fecundidade de 1,5 a 1,0 para que a população se estabilizasse e pudesse encolher.(LEE; FENG, 1999)

Uma vez implementada a política, foram criados comitês e escritórios para coordenação e planejamento de parto. Os comitês eram responsáveis a introduzir as diretrizes do governo central nas províncias, garantindo que as metas fossem alcançadas a

partir do planejamento dos partos com o intuito de garantir que não excedessem as cotas de natalidade nas localidades. Os profissionais responsáveis por aplicar a conduta tinham em mãos a decisão de quais casais poderiam ou não ter filhos, os que iriam receber contraceptivos e dispositivos intrauterinos e por fim quais seriam persuadidos à esterilização. O controle era feito tão de perto ao ponto de os profissionais da saúde encarregados da região terem uma forma de planilha de controle do ciclo menstrual das mulheres em idade fértil, apresentando também nascimentos anteriores e se a mesma fazia uso de anticoncepcionais. (SINGER BABIARZ et al., 2018b)

Foram implementados registros domiciliares com grupos variáveis de controle, separados por segmentos rurais e urbanos. Um registro foi fornecido para cada cidadão vinculado a família qual pertence, contendo data e local de nascimento do mesmo e de seus familiares e atual residência. Cada segmento supervisionado devido a área de moradia, quem pertencia a aldeias ou zona rural mantinha se sob supervisão de nível comunitário com os agentes de vila, o controle dos centros urbanos era de responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública, se por ventura uma pessoa viesse a mudar de residência ou área deveria ser informado ao governo. (LI; COONEY, 1993)

O registro de domicílio estava anexado ao vínculo empregatício do indivíduo, este era dividido em dois segmentos, dos que trabalhavam em agricultura de subsistência e os que mantinham outras atividades fora das áreas rurais. O governo mantinha controle sob a distribuição dos insumos básicos para vida até meados dos anos 80, as cotas dos alimentos e serviços básicos de saúde eram benefícios controlados diretamente pelo governo e distribuídos conforme a função exercida do indivíduo, todavia quem violasse qualquer regulamento implementado sofria sanções administrativas e econômicas podendo ter seus benefícios cortados. O valor das multas era definido por governos locais a partir da situação financeira local e a demanda de fertilidade da região. (LI; COONEY, 1993)

Segundo relatos tirados de uma entrevista realizada no documentário One Child Nation disponível na Amazon Prime Video, Tunde Wang líder de equipe de vila e posteriormente chefe de vila relatou que política foi muito difícil de implementar, embora fosse extremamente rígida era muito complicado mudar a forma de pensar das pessoas, que geralmente não aceitavam as normas. Por isso tentavam os convencer com propagandas. Para auxiliar o cumprimento das normas impostas pelo Estado dizia que a política vinha de cima que os demais que estavam embaixo não teriam escolha, tendo em vista que quem não

acatasse teria a sua casa destruída ou seus pertences confiscados pelos agentes. Uma vez que uma mulher de determinada região se recusasse a fazer a esterilização, todos os agentes da província se dirigiam até a casa e a induziam a passar pela esterilização a força. Estes agentes rurais obedeciam a uma cadeia de comando insubordinação não era tolerada.

As famílias que cumpriam corretamente as indicações do governo sobre a política recebiam períodos de descanso remunerados, maiores salários, melhores moradias e auxílio para compra de alimentos básicos. Os profissionais oficiais de parto recebiam fortes incentivos para cumprir suas metas, uma vez resultando em um bom número seus salários eram elevados e alcançavam prestígio a partir de aclamações públicas de políticos. Estes oficiais tinham o poder de aumentar ou diminuir atribuições de trabalho, restringir insumos alimentares, cuidados e serviços médicos oferecidos pelos órgãos públicos se por ventura houvesse descumprimento da população às normas, submetendo os casais a intensa pressão, coerção repressão e abuso.(SINGER BABIARZ et al., 2018b)

Estes profissionais que apresentavam resultados positivos na realização das medidas impostas pelo governo eram fortemente aclamados. Ocorriam cerimônias de premiações televisionadas pela emissora estatal, cartazes e propagandas estampavam o rosto destes colaboradores que eram vistos como heróis nacionais. Grande parte dos agentes de planejamento familiar acreditavam que a política pudesse livrar o país da ruína e falas como a do parágrafo seguinte foram retratadas como comuns no documentário One Child Nation.

613

Se eu pudesse voltar no tempo, faria tudo de novo. Pensando bem, a política era absolutamente correta, nossos líderes foram proféticos. Se não fosse por essa política, nosso país teria morrido. Eu tinha 19 anos quando comecei no planejamento familiar, e inicialmente achava que induzir abortos era uma atrocidade. Quis largar várias vezes, mas o líder me disse que era a política nacional e como membro do partido, quanto mais desafiadora a missão mais determinada deveria a aceitá-la. Muitos dos fetos tinham oito ou nove meses, ainda estavam vivos quando os tirávamos...” (Shuqin Jiang, agente de planejamento familiar.)

Apesar do sucesso da aplicação da política, foi computada uma alta expressiva no ano de 1978 de nascimentos. O governo investiu fortemente em uma rede de campanhas e propagandas para que fosse reforçada a ideia, na tentativa de criar uma proposta ideológica firme, assim sendo o Grupo Líder introduz uma nova diretriz com os dizeres “um é melhor, dois no máximo”. Apontava que a alta no índice de nascimento poderia atrasar a modernização chinesa, uma vez que dificultaria a promoção de empregos, diminuiria os padrões de vida, seria um fator gerador de disfuncionalidade no sistema de saúde e na entrega de uma educação de qualidade. (LEE; FENG, 1999)

A transição da fecundidade asiática transcorreu a partir de estímulos do governo com intuito de limitar o tamanho das famílias. Baseavam-se na premissa de que se existisse uma espécie de controle restringindo as taxas de natalidade as oportunidades de crescimento econômico aumentariam, visto que com o tempo a maior parte da população estaria em idade para trabalhar na figura de produtores e uma pequena parcela da população vista como consumidores estaria abaixo dos 18 anos. Assim sendo, com um menor número de crianças, o país poderia direcionar os recursos financeiros para outros gastos de investimento capital e menos investimento em saúde infantil e educação. Isso tudo resultaria em um maior número de empregos e produções pela parcela da população ativa. (BONGAARTS JOHN et al., 2018)

Para Deng o controle populacional era uma forma de aumentar o PIB per capita do país, tinha como meta o desenvolvimento e quadruplicar o PIB até início do século XXI. A política do filho único foi oficialmente implementada em 25 de setembro de 1980 pelo Comitê Central do Partido Comunista, mas desde 1979 em algumas províncias o aborto já era obrigatório. No ano de 1983 as normas possuíam uma postura ainda mais firme e severa, neste ano a China implementou uma campanha nacional de esterilização obrigatória aos casos quais o governo julgava necessária intervenção no planejamento familiar. Uma vez que uma mulher conseguisse escapar do aborto forçado, se descoberta recebia multas severas, chegando a uma arrecadação de 10 a 20 por cento da renda familiar total por um período de 7 a 14 anos. (ZHANG, 2017)

Segundo relatos de Huaru Yuan parteira, a mesma afirmou ter realizado cerca de 50.000 a 60.000 esterilizações e abortos, quais muitos eram tirados vivos do ventre da mãe e sacrificados na hora do nascimento. Declarou que não tinha escolha, visto que era a política do governo e a mesma impossibilitava os agentes e responsáveis a terem decisões próprias fora das ordens estabelecidas. Huaru Realizava 20 esterilizações por dia em média. As mulheres eram sequestradas pelo governo, amarradas e levadas até as parteiras e médicos onde eram realizados os procedimentos. (One Child Nation, documentário, 2019)

A política do filho único não foi bem aceita por todos os grupos, principalmente pelas pessoas que vivem em áreas rurais, onde comumente as famílias seriam mais numerosas e os filhos auxiliariam nos afazeres do campo. Entre 1984 até o ano seguinte 14 casos teriam a licença para ter o segundo filho, contando que o casal possuísse apenas uma filha mulher, dependendo da etnia do casal, se morassem em ambiente rural ou determinada região. O

governo tinha dificuldade em coordenar e ser mais preciso nestes ambientes rurais comparado com suas ações e controle em ambiente urbano, considerando que os moradores das cidades trabalhavam em empresas ou instituições estatais e tinham alto risco de perder seus empregos ou benefícios sociais se violassem a política. (ZHANG, 2017)

Inicialmente a política foi declarada como um programa de ação voluntária, entretanto a realidade era outra, uma mobilização forçada com políticas de base juntamente com meios de controles administrativos rigorosos. Além do alto controle do Estado, os cidadãos que eram de acordo com a política vigiavam os vilarejos entregando qualquer conduta suspeita das famílias para o governo. Diante o exposto, esses fatores auxiliaram o êxito do regime, reduzindo de 250 a 300 milhões a taxa populacional e chegando em 1,8 filhos por mulher em 2001, no ano seguinte o controle de natalidade passa a ser chamado como política do Estado Fundamental com normas fornecidas por regulamentos nacionais do Nono Congresso Nacional do Povo. (SETTLES et al., 2013)

1.1 POLÍTICAS POPULACIONAIS E OS DIREITOS REPRODUTIVOS

As políticas populacionais podem ser definidas em um conjunto de medidas que visam modificar o estado de uma população para que logrem objetivos sociais definidos. Essas medidas são interesses que se desdobram em objetivos, que podem servir para alterar os processos relacionados ao decréscimo ou aumento de uma determinada população, ou até mesmo a distribuição de pessoas em um território estipulado e as atividades que devem ser realizadas pelos mesmos. Em teoria, as políticas populacionais estão baseadas em fatores sociais e históricos, são atos direcionados a algumas propostas demográficas que buscam melhorias públicas e seu conjunto, podendo auxiliar no sistema de ensino, em fatores econômicos, em programas de saúde entre outros. (EUSTÁQUIO; ALVES, 2015)

A política do filho único recebeu críticas desde o princípio, tendo em vista que feria as noções de direitos reprodutivos, inclusive o próprio direito a vida. Ainda mais pelo fato de que a estruturação das medidas ocorreu no mesmo período da Conferência de Teerã, que tinha como objetivo considerar os problemas relativos as atividades das Nações Unidas para a promoção e estímulo aos direitos humanos e liberdades fundamentais. A conferência ocorreu dia 22 de abril a 13 de maio de 1968, em uma comemoração e análise dos progressos alcançados nos primeiros vinte anos seguintes a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

[...]2. A Declaração Universal de Direitos Humanos enuncia uma concepção comum a todos os povos de direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana e a declara obrigatória para a comunidade internacional;

3. O Pacto Internacional de Direitos Humanos Civis e Políticos, o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Declaração sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, assim como outras convenções e declarações em matéria de direitos humanos, aprovadas sob os ideais das Nações Unidas, os organismos especializados e as organizações não governamentais regionais, estabeleceram novas formas e obrigações que todas as nações devem aceitar; [...]

[...]6. Os Estados devem reafirmar seu firme propósito de aplicar de modo efetivo os princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e em outros instrumentos internacionais em relação com os direitos humanos e às liberdades fundamentais ; [...]

[...]10. A negação geral dos direitos humanos que acarretem em atos de agressão produz indescritíveis sofrimentos humanos e provoca reações que poderiam impingir ao mundo sofrimentos cada vez maiores. É obrigação da comunidade internacional cooperar para erradicar as atrocidades; [...]

[...] 15. A discriminação da qual a mulher ainda segue sendo vítima em distintas regiões do mundo deve ser eliminada. O feito de que a mulher não goze dos mesmos direitos que o homem é contrário à Carta das Nações Unidas e às disposições da Declaração Universal de Direitos Humanos. A aplicação cabal da Declaração sobre a eliminação da discriminação contra a mulher é uma necessidade para o progresso da humanidade;

16. A comunidade internacional deve continuar velando pela família e pelas crianças. Os pais têm o direito humano fundamental de determinar livremente o número de filhos e seus intervalos de nascimento; [...]

Esse reforço ao direito a vida e planejamento familiar, não ocorreu apenas na Conferência de Teerã, foi pauta de pelo menos outras 20 convenções ou acordos internacionais nos anos seguintes. No ano de 1994 na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento obteve se um consenso global a respeito dos direitos reprodutivos individuais, ademais de abordar questões de promoção de igualdade de gênero, eliminação da violência contra a mulher e fomentar os direitos de escolha reprodutivas da mulher para que pudessem controlar sua própria fecundidade. Os direitos reprodutivos se definem na capacidade de controlar a gravidez, o nascimento e o intervalo das gestações a partir de uso de contraceptivos ou outros métodos de eleição da mulher. Medidas que impedem a livre escolha se posicionam contra essa linha de direitos, uma vez que os desejos reprodutivos conferem a mulher e aos casais, tendo em vista que esta decisão é um componente particular de suas vidas. (BONGAARTS JOHN et al., 2018)

As campanhas utilizadas por países que abdicaram da adoção dos direitos reprodutivos implementando programas de planejamento familiar sem opção de escolha,

apresentavam ao resto do mundo que julgava suas ações a necessidade destes tipos de recursos para que o governo pudesse baixar os custos causados por famílias numerosas. Abarcando os benefícios que a política lograria não apenas na parte econômica, mas também na saúde das mães quais tivessem famílias menores. Se opunham de conferencias e convenções que proferiam o direito a escolha, como artigo 16 da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres de 1979. (BONGAARTS JOHN et al., 2018)

[...] Artigo 16

Os Estados-Partes adotarão todas as medidas adequadas para eliminar a discriminação contra a mulher em todos os assuntos relativos ao casamento e às relações familiares e, em particular, com base na igualdade entre homens e mulheres, assegurarão:

- a) O mesmo direito de contrair matrimônio;
- b) O mesmo direito de escolher livremente o cônjuge e de contrair matrimônio somente com livre e pleno consentimento;
- c) Os mesmos direitos e responsabilidades durante o casamento e por ocasião de sua dissolução;
- d) Os mesmos direitos e responsabilidades como pais, qualquer que seja seu estado civil, em matérias pertinentes aos filhos. Em todos os casos, os interesses dos filhos serão a consideração primordial;
- e) Os mesmos direitos de decidir livre e responsabilmente sobre o número de seus filhos e sobre o intervalo entre os nascimentos e a ter acesso à informação, à educação e aos meios que lhes permitam exercer esses direitos;
- f) Os mesmos direitos e responsabilidades com respeito à tutela, curatela, guarda e adoção dos filhos, ou institutos análogos, quando esses conceitos existirem na legislação nacional. Em todos os casos os interesses dos filhos serão a consideração primordial;(…) (CEDAW; 1979)

De fato, os países que possuem alto índice de fecundidade e um crescimento exponencial da população possam enfrentar problemas estruturais futuros, considerando que irá resultar em uma parcela desproporcional de habitantes na faixa de 15 anos ou abaixo dela. Esses países defrontam se com desafios no fornecimento de educação, auxílio básico de saúde e oportunidades de emprego para essa grande parcela. A questão implica na forma com que serão conduzidas as políticas populacionais governamentais com a finalidade de reverter a situação, para que sejam feitas sem ferir o direito à vida. (BONGAARTS JOHN et al., 2018)

1 IMPACTOS SOCIOCULTURAIS PÓS ADOÇÃO DA POLÍTICA DO FILHO ÚNICO

As consequências sociais advindas da implementação da Política do Filho Único foram de fato consideráveis. Principalmente nas dinâmicas e construção estrutural das famílias chinesas. O que antes já era um traço marcante a preferência das famílias chinesas por terem filhos homens, após a implementação das medidas se tornou ainda mais acentuado. Historicamente existem relatos de infanticídio feminino desde o Período Imperial da China em meados do século III, no século XVIII dados indicam que de 10 a 25% de crianças do sexo feminino eram mortas logo após o nascimento. (SINGER BABIARZ et al., 2018a). A partir dos relatos concebidos de uma entrevista realizada no documentário One Child Nation disponível na Amazon Prime Vídeo, Zaodi Wang ajudou seu irmão mais novo a abandonar a filha recém-nascida no mercado para tentar um menino em uma próxima gestação.

Não podíamos nos desfazer do bebe em plena luz do dia. Então a levamos em uma cesta e escalamos montanhas enquanto ainda era noite. Pusemos US\$ 20 na roupinha dela e a deixamos no balcão do açougue de um mercado. Ela ficou lá dois dias e duas noites. Ninguém a quis, o rosto ficou todo mordido de pernilongos. Ela acabou morrendo. (Zaodi Wang)

As discriminações dos recém nascidos de sexo feminino se tornam evidentes. Uma vez que essa ação era incentivada pelo governo, nascidos do sexo feminino eram mortos, não registradas ou abandonadas em mercados e praças. A partir dos anos 80 com a tecnologia o ultrassom que possibilitou saber o sexo do bebe antes do nascimento, esse fato provocou um desequilíbrio ainda maior na proporção de sexo na China, aumentando a razão sexual de meninos recém nascidos em relação as meninas de 108,5 em 1985 a 119 em 2005. Houve uma mudança no compartimento dos casais desde a implantação da medida Wan Xi Shao (Mais Tarde, Mais Tempo e em Menor Número). Nos dias atuais a China sofre com um desequilíbrio sexual em sua população devido Política do filho único e o fenômeno do aborto seletivo pós 1980. (SETTLES et al., 2013)

A partir dos anos 80 o abandono de crianças na China atingiu números consideráveis, totalizando aproximadamente 15 milhões sendo 98% desse número do sexo feminino na condição de segunda filha, com a alegação de que acabariam com a chance do casal de ter um filho homem. Um número notavelmente baixo de bebes do sexo masculino eram abandonados, ocorrendo quase exclusivamente se esses eram portadores de alguma enfermidade. Crianças que nasciam com necessidades especiais representavam uma grande parcela do abandono, principalmente nas zonas rurais nas quais tinham mitos ligados ao

nascimento de crianças especiais como punição de erros exercidos no passado. Essa visão excludente de portadores de necessidades especiais estava arraigada na noção de que esses não lograriam êxito na vida do campo, nem auxiliariam na renda familiar, acarretando em peso para família que na maioria das vezes já possuía níveis financeiros baixos. (PERES CARBALLO; AUGUSTO DA ROSA ÁLVARO, 2019)

Na tentativa de acolher essas meninas abandonadas, foram realizados sistemas de acolhimento por alguns casais chineses. Inicialmente a adoção era realizada de duas maneiras, a partir de acolhimento de famílias sem o uso de um processo legal, uma forma de adoção “doméstica”, geralmente realocando essas crianças para membros da mesma família ou conhecidos próximos, para que os pais biológicos pudessem manter contato com os filhos. Também existia a possibilidade da adoção legal por meio de orfanatos, que passou a ser a única opção posteriormente, devido as ordens do Estado que restringiu a circulação doméstica de crianças. Neste momento, se uma adoção doméstica fosse documentada as famílias, tanto a biológica quanto a adotiva sofriam penalidades. (PERES CARBALLO; AUGUSTO DA ROSA ÁLVARO, 2019)

As crianças mantidas ilegalmente eram aquelas que nasciam fora do plano da política, as que passavam a ser adotadas informalmente, acolhidas por outras famílias, ou as que estavam escondidas do governo. O número de nascidos que se mantinham irregulares cresciam proporcionalmente ao endurecimento da política, no ano de 2001 estima se que 6 milhões de crianças se encontravam nesta situação. O fato de não estarem regulares, as impedia de ter documento, sendo assim eram privadas dos direitos humanos, direito a educação e de saúde que eram fornecidos a qualquer cidadão chinês que viesse a ter sua situação regulamentada. (PERES CARBALLO; AUGUSTO DA ROSA ÁLVARO, 2019)

Aproximadamente em 1991 foi desenvolvido um sistema de adoção internacional sob comando do governo. Este programa atingiu mais de 15 países que mostravam interesse em acolher e abrigar as crianças chinesas em condição de adoção, tendo em vista que a maioria das crianças encontradas nestes orfanatos eram meninas, muitas ainda bebês e saudáveis. Este fato, juntamente com a desburocratização que acelerava o processo de adoção tornou a China um país de eleição no quesito. Os EUA representam o maior número efetivo de adoção chinesa, principalmente pelo fato de ter um grande número de casais inférteis no país e orfanatos que não ofertavam bebês para adoção. (PERES CARBALLO; AUGUSTO DA ROSA ÁLVARO, 2019)

A política chinesa causou um grande impacto na conjuntura social, econômica e nas dinâmicas familiares do país. Porquanto, as medidas foram implementadas de forma diferente em áreas urbanas e em âmbito rural, mesmo tendo a garantia de um filho a mais em determinadas áreas rurais não foi levado em conta um futuro desequilíbrio econômico, visto que estes necessitavam de uma família numerosa de maneira que auxiliassem nos afazeres da vida do campo. Este fator prejudicou as famílias rurais, que ficaram mais pobres, resultando em problemas que afetaram toda a sociedade. Além do desequilíbrio sexual e problemas econômicos, a estrutura familiar sofreu modificações, na medida que diminuiu a aceitação das famílias que possuíam mais de um filho, tornou a socialização destes casos específicos uma adversidade. Na tentativa de se esquivar da política e evitar o aborto muitas famílias escondiam e não declaravam suas filhas, o que fez com que as mesmas não conseguissem o acesso à educação, saúde e a um bem estar social. (SETTLES et al., 2013)

O que de fato não foi calculado é a influência da política no comportamento das crianças advindas desse novo cenário. A Política do Filho Único iniciou um novo momento na China, uma terra de pequenos imperadores adorados pelos seus pais, que não precisariam dividir sua atenção com outrem. À medida que se prolongou o regime os impactos se tornaram visíveis na vida e habilidades sociais desta geração, produziu indivíduos autocentrados, individualistas e menos cooperativos na vida em sociedade. Devido este fator, em março de 2007 a questão foi levada ao governo por delegados da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, a pauta se consistiu na preocupação de que essas crianças viessem a desenvolver transtornos de personalidade, acarretando em problemas sociais. (CAMERON et al., 2013)

O comportamento na vida em sociedade pode ser diferente para quem não possui irmãos. Ao passo que, o desenvolvimento social de um ser humano advém de suas raízes familiares, seja a influência causada pela convivência com o seus pais e a observação da interação dos mesmos. Os pais que possuem um único filho geralmente se tornam mais flexíveis a realização de ações que supram as necessidades do filho, se tornam mais empenhados a produzir uma sensação de segurança e proteção. Todavia, essa interação causada pelos pais tornam a criança mais confiante e segura de si, o que de certa forma tem um impacto positivo na construção da sua personalidade, mas também, são geradoras de grandes expectativas que naturalmente em algumas circunstâncias não poderão ser alcançadas. A privação de ter um irmão pode levar essas crianças a serem adultos

egocêntricos, com dificuldade em construir uma boa relação com os seus pares, tornando os mesmos menos cooperativos e ativos na sociedade. (CAMERON et al., 2013)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A multiplicação da população chinesa, juntamente com a escassez de suprimentos básicos e o temor de uma decadência econômica levaram a China a adotar uma das maiores e mais brutais políticas de fecundidade na história da humanidade. O que antes era visto como um fator aclamado perante a visão de Mao Tsé Tung, que considerava o aumento da população um gerador de maiores riquezas e forneceu meios para o crescimento populacional, no governo seguinte de Deng Xiaoping é observado como um problema, uma vez que a China estava com dificuldade de prover para a população serviços básicos e oportunidades geradoras de crescimento econômico.

A transição de políticas foi aplicada de maneira abrupta, iniciando nos anos 70 com limites de fertilidade acompanhados de medidas de gestão de crescimento populacional para frear o crescimento das taxas de natalidade, com o objetivo de gerar crescimento econômico e limitar os efeitos da Grande Fome Chinesa (1959-1961). O plano do Partido Comunista Chines para mudar a situação do país iniciou um conjunto de regimentos a serem introduzidos inicialmente em províncias e zonas rurais. A política WAN XI SHAO, que significava “Mais tarde, Mais Tempo e em Menor Número” incentivando casamentos tardios, maior intervalo nos nascimentos e menos filhos, logrou êxito diminuído em quase 50% a taxa de natalidade do país. O número era expressivo, mas o Partido Comunista Chines ainda não estava satisfeito com os resultados, definindo assim em 1980 a Política do Filho Único.

Limites de fertilidade foram estipulados e uma grande rede de responsáveis foram recrutados a gerir e vigiar a conduta das famílias. Agentes encarregados estavam espalhados por toda a zona rural e urbana, estes possuíam registros de todos os habitantes e tinham a autoridade para permitir ou recusar casamentos e nascimentos. Como o Estado mantinha o controle sob a distribuição de alimentos e influenciava diretamente no cargo em que o indivíduo mantinha em sua atividade laboral, quem desrespeitasse as normas era punido severamente, além de ter seus benefícios cortados, podiam perder suas casas e empregos.

A Política do Filho Único se tornou vítima do seu próprio sucesso, diminuindo drasticamente a fecundidade ao passar dos anos, aumentando o número de idosos que

geralmente não atuam na produção da economia e geram gastos para o Estado. Ademais de acarretar em inúmeros problemas sociais, visto que a hipótese de se ter apenas um filho fazia com que as famílias preferissem bebês de sexo masculino, acarretando em abandono e infanticídio de bebês do sexo feminino.

REFERENCIAS

BONGAARTS JOHN et al. **ESCOLHA DIREITOS REPRODUTIVOS E A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA.** [s.l: s.n.].

CAMERON, L. et al. Little emperors: Behavioral impacts of China's one-child policy. *Science*, v. 339, n. 6122, p. 953-957, 22 fev. 2013.

EUSTÁQUIO, J.; ALVES, D. **As Políticas Populacionais e os Direitos Reprodutivos: “O Choque de Civilizações” versus Progressos Civilizatórios.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.academia.edu/es/68323834/As_Pol%C3%ADticas_Populacionais_e_os_Direitos_Reprodutivos_O_Choque_de_Civiliza%C3%A7%C3%B5es_versus_Progressos_Civilizat%C3%B3rios>. Acesso em: 19 maio. 2022.

FENG, W.; CAI, Y.; GU, B. **Population, Policy, and Politics: How Will History Judge China's One-Child Policy?** Population Council, 2013. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/23655290>>. Acesso em: 14 maio. 2022

FONG, M. **One Child: The Story of China's Most Radical Experiment.** New York: Mariner Books, 2016.

GREENHALGH SUSAN. **Missile Science, Population Science: The Origins of China's One-Child Policy** Birth Control in China Cambridge University, jun. 2005. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/20192474>>. Acesso em: 19 abr. 2022

JOSÉ, D.; PAZ, J. **O LIVRO VERMELHO Mao Tsé-tung Se possível, comprem a versão impressa na loja d'A Nova Democracia!** [s.l: s.n.].

KANE, P.; CHOI, C. Y. **China's one child family policy** British Medical Journal BMJ Publishing Group, 9 out. 1999.

LEE, J. Z.; FENG, W. **This article employs the conventional term Birth Control in China.** [s.l.] Thomas Scharping, 1999a.

LEE, J. Z.; FENG, W. **This article employs the conventional term Birth Control in China.** [s.l.] Thomas Scharping, 1999b.

LI, J.; COONEY, R. S. **Son preference and the one child policy in China: 1979-1988** Population Research and Policy Review. [s.l: s.n.].

LUIZ, R. et al. **TEORIAS DEMOGRÁFICAS E O CRESCIMENTO POPULACIONAL NO MUNDO.** [s.d.].

PERES CARBALLO; AUGUSTO DA ROSA ÁLVARO. **ADOÇÃO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS CHINESAS: Um Ensaio sobre Tráfico e Corrupção** Instituto Universitário De Lisboa, out. 2019. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/19202/1/master_iris_peres_carballo.pdf>.

Acesso em: 19 maio. 2022

SETTLES, B. H. et al. **The one-child policy and its impact on Chinese families** International Handbook of Chinese Families Springer New York, 1 jan. 2013.

SINGER BABIARZ, K. et al. **THE LIMITS AND CONSEQUENCES OF POPULATION POLICY: EVIDENCE FROM CHINA'S WAN XI SHAO CAMPAIGN**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w25130>>.

SINGER BABIARZ, K. et al. **The Limits (And Human Costs) of Population Policy: Fertility Decline and Sex Selection in China under Mao** Cambridge NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH, out. 2018b. Disponível em: <https://www.nber.org/system/files/working_papers/w25130/working_papers/w25130.revo.pdf>.

Acesso em: 9 maio. 2022

WANG, F. **Family Planning Policy in China: Measurement and Impact on Fertility**, 27 out. 2012. Disponível em: <<https://mpra.ub.uni-muenchen.de/id/eprint/42226>>. Acesso em: 14 maio. 2022

ZHANG, J. **The evolution of China's one-child policy and its effects on family outcomes**. Journal of Economic Perspectives. **Anais...** American Economic Association, 1 dez. 2017.